

A stylized, hand-drawn tree graphic in a light grey color. The tree has a thick trunk and several large, rounded, cloud-like branches. The background is white, and the tree is positioned on the left side of the page, with its branches extending towards the right.

UNIPAMPA PODE MAIS

PLANO DE GESTÃO

VERSÃO 01.06.2015

DEMOGRAPHIC
TRENDS
AND
PROJECTIONS
FOR
THE
UNITED STATES
2010-2050

UNIPAMPA

**PROGRAMA
UNIPAMPA
PODE MAIS**

**DEMOCRACIA,
AUTONOMIA E
EMPODERAMENTO**

PAMPA RIOGRANDENSE, 2015

UNIVERSIDADE PARA PRO



FERNANDO JUNGES

CAMPUS BAGÉ

REITOR

VICE-REITOR



HECTOR CURY

CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
I - A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIPAMPA: BASES PARA SUA REFUNDAÇÃO	08
Propostas	08
II - O PAPEL DO REITOR E DO VICE-REITOR	10
Propostas	11
III - AÇÕES IMEDIATAS PARA A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, AUTÔNOMA E DE TODOS	13
Propostas	13
IV - POLÍTICA PARA OS SERVIDORES	16
Propostas	16
V - POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	19
Propostas	19
VI - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	21
Propostas	21
VII - POLÍTICA PARA O DISCENTE	23
Propostas	23
VIII - POLÍTICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	25
Propostas	25
IX - POLÍTICA DE USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	28
Propostas	28
X - POLÍTICA DE FINANCIAMENTO	30
Propostas	30
XI - POLÍTICA PARA AS RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS	32
Propostas	32
XII - POLÍTICA DE ARTES E CULTURA	33
Propostas	33
REFERÊNCIAS	34

APRESENTAÇÃO

Há um quadro de Klee chamado Angelus Novus. Representa um anjo que parece estar a afastar-se de alguma coisa que contempla fixamente. Os olhos estão arregalados, tem a boca aberta e as asas estendidas. É este, seguramente, o aspecto do anjo da história. Ele tem a face voltada para o passado. Onde vemos perante nós uma cadeia de acontecimentos, vê ele uma catástrofe sem fim que incessantemente amontoa ruínas sobre ruínas e lhas vai arremessando aos pés. Ele bem gostaria de ficar, de acordar os mortos e de voltar a unir o que foi destruído. Mas do paraíso sopra uma tempestade que lhe enfuna as asas e é tão forte que o anjo não é capaz de as fechar. Esta tempestade é aquilo a que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1980)

A criação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), por meio da Lei n. 11.640/2008, representou um marco para o extremo sul do Rio Grande do Sul, para a Região da Campanha e para a Fronteira Oeste. Isto porque, além de estas serem regiões estagnadas economicamente e carentes de investimentos, a UNIPAMPA é uma política pública, pois o texto da Lei de criação aponta a importância da sua inserção regional.

De fato, o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em dez *campi* representou um impacto na vida de comunidades que, historicamente, encontram-se à margem do acesso ao ensino superior gratuito, democrático e de qualidade.

Os muitos fios da história, contudo, ensinam que o progresso não pode ficar atrelado eternamente ao passado. Ou, como nas palavras do poeta sevilhano Antonio Machado, "*Caminante, no hay camino, se hace el camino al andar*".

A Universidade de hoje não é a de Bolonha, a de Paris ou a de Berlim; experimenta-se a multiversidade, na qual "[a] universidade é tantas coisas para tantas pessoas diversas que não pode deixar de estar parcialmente em conflito consigo mesma" (KERR, 1982), sem falar na realidade única *multicampi*.

Assim, é possível caracterizar os sete anos de UNIPAMPA como um período que, por certo, apresentou avanços, encontrando-se, contudo, aquém do que é possível fazer. Ainda em grande parte, o seu "retrato institucional" permanece circunscrito à sua criação.

Desta maneira, apesar de inovadora, em termos de expansão do ensino superior no Brasil, vive-se um tempo de repetição na UNIPAMPA. Atinge-se, aparentemente, o "fim da história" (FUKUYAMA, 1992). O presente da administração universitária alastra-se ao passado e ao futuro, canibalizando-os (SANTOS, 2004). Como resultado, vive-se um momento de total anestesia, sem orientação para o futuro.

Como o anjo da história (citado na epígrafe), contempla-se a acumulação de ruínas e de sofrimento aos próprios pés. Nas palavras de Benjamin, "articular o passado historicamente não significa reconhecê-lo como verdadeiramente foi" (1980, p. 695). A capacidade de retomar o passado deve estar, indubitavelmente, na possibilidade de emergir como fonte de inconformismo em relação ao presente.

A retomada do passado deve estar ligada a reinventá-lo como capacidade de explosão e de redenção. É o momento de transformar e, por meio da astúcia, equilibrar o passado e o futuro. Deve-se visitar o passado, sopesando avanços, progressos, mas, também, os retrocessos, pois a história não é uma linha contínua.

Por isso, este projeto apresenta uma perspectiva de vida universitária a partir do comprometimento político com docentes, discentes e técnicos administrativos em educação. Para tanto, inspira-se em três grandes diretrizes: democracia, autonomia e empoderamento. Linhas que só

serão possíveis de tornar realidade quando a Universidade sair de sua torre de marfim (ALMEIDA FILHO, 2007; RIBEIRO, 2003) e tornar o espaço público um espaço de exercício de cidadania e protagonismo.

Para tanto, somente a democracia e o debate aberto entre todas as categorias que compõem a Universidade legitimarão uma Gestão Superior. É possível debater abertamente o projeto que se quer de UNIPAMPA, assegurando espaço e voz a todos. Por ser um espaço público, a Universidade deve reconhecer e valorizar o papel da participação da comunidade acadêmica e da comunidade local. No dizer de Álvaro Vieira Pinto “[a] reforma tem de ser feita *de fora para dentro*, por via política, e por força do potencial social adquirido pela classe estudantil nas suas ações de rua, na participação progressiva em todos os grandes problemas que dividem a opinião pública [...]” (1994, p. 61). Além disso, tem que ser assegurado o respeito à diversidade no ambiente universitário.

Contudo, a democratização só pode ser garantida se houver autonomia. As novas Universidades, criadas pelo programa de expansão do governo federal, estão, paulatinamente, sendo aviltadas e tornadas periféricas. Isto só é possível porque a UNIPAMPA tornou-se fiadora das políticas do Ministério da Educação (MEC). Não é possível ser súdito de dois reis! A Gestão deve estar comprometida com os interesses da comunidade acadêmica e não do poder (MEC, mercado e grandes forças econômicas). A Universidade é e deve continuar sendo do povo! (RAMPINELLI, 2011, p. 51). Para isso, precisa redimensionar a sua forma de atuar junto à Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), assegurar e fazer valer a sua autonomia constitucional junto ao MEC, estabelecer diálogos com entidades representativas de docentes, discentes e técnicos administrativos, ampliar efetivamente a autonomia dos *campi* e dialogar, permanentemente, com o poder local.

Por fim, com tais bases, é possível caminhar para a utopia possível de um processo sustentável de empoderamento da sociedade, conjuntamente com a Universidade, com ganhos quantitativos e qualitativos. Neste sentido, ocorre um comprometimento de uma via alternativa de construção de um projeto crítico e transformador capaz de estabelecer elos que superem o apelo apenas quantitativo das diretrizes fixadas pelos órgãos governamentais de fomento.

Este novo projeto universitário se volta à produção de saberes, qualificando constantemente docentes, discentes e técnicos administrativos por meio do estímulo a parcerias para inovação com órgãos públicos, além da incorporação dos saberes locais (comunitários) e dos movimentos sociais, desde que preservando o protagonismo das categorias. O envolvimento deve se dar por meio de processos de democracia participativa, consulta popular e todo o tipo de interação horizontal com a comunidade. Com isso, visa-se à adoção de uma visão pluralista e de engajamento do ensino, da pesquisa e da extensão tendo como base a participação da comunidade, com seus anseios e demandas, garantindo o diálogo intercultural dentro dos processos de integração que envolvem a UNIPAMPA.

Muito foi conquistado até aqui, porém é possível – e necessário – muito mais. Assim, faz-se essa apresentação como um convite à luta democrática, um convite à participação política. A mudança de projeto e a alternância no poder serão salutares para assegurar uma Universidade pública e de qualidade com a renovação através de um projeto emancipador capaz de ampliar o papel da UNIPAMPA dentro do contexto local, regional, nacional e do Cone Sul, adequando-a ao cenário de democratização que seguirá se constituindo nestes anos vindouros.

A UNIPAMPA pode mais!

Pampa Riograndense, 2015.
Fernando Junges e Hector Cury

I - A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIPAMPA: BASES PARA SUA REFUNDAÇÃO

Desde a década de 60 a Universidade brasileira passa por profundas transformações como, por exemplo, a fundação de uma tecnociência, a partir da submissão da ciência e de seus aparatos ao capitalismo monopolista. Além disso, a crise fiscal, na década de 70, e a consequente crise do Estado de bem-estar social são sentidas dentro da Universidade Pública, a partir do abandono de qualquer projeto de fortalecimento dessa instituição com autonomia.

O novo *ethos* da Universidade torna-se o capitalismo acadêmico! Isto fica latente, ao longo da história universitária brasileira, em reformas que tornam o CNPq, por exemplo, em fundação privada ou mesmo o direcionamento de órgãos de fomento para atender demandas de mercado.

Em tempos austeros não se pode negar a resistência de professores, técnicos-administrativos em educação, discentes e movimentos sociais. Basta lembrarmos de nomes como Cesar Lattes, Leite Lopes, Jayme Tiomno, Mario Schemberg, Oscar Sala, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Roberto Schwartz, Josué de Castro, Mario Pedrosa, Antônio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes...

Trata-se de um longo processo de precarização das Universidades Públicas, coroado pelas políticas ortodoxas ao longo da década de 90. A partir daí, a despeito da política de expansão do ensino superior, no Governo Lula, percebe-se a desvalorização do servidor público e os problemas estruturais das “novas Universidades”.

A UNIPAMPA que, neste contexto, surge para agir politicamente num região estagnada economicamente fica sem instrumentos e acaba por atender as necessidades de mercado, fornecendo mão de obra barata e qualificada. Ademais, a comunidade acadêmica sofre com os problemas de fixação na Região. E, assim, a Gestão Superior torna-se fiadora das políticas do MEC.

Todos esses fatores repercutiram fortemente na função social da UNIPAMPA. A fragmentação, o individualismo e a competição pela “excelência” são abertamente incentivadas, a despeito de seus prejuízos para a ciência, a tecnologia, a cultura e a arte. É hora da UNIPAMPA reagir e enfrentar suas consequências para o ensino, pesquisa e extensão dentro da autonomia universitária conquistada a duras penas e inscrita na Constituição da República Federativa do Brasil.

Essa refundação, é bom dizermos, não é tão simplesmente retomarmos o discurso nacional-desenvolvimentista, mas interromper um projeto falido de Universidade Pública e trazer para a nossa pauta os desafios do futuro da humanidade e projetar alternativas emancipatórias.

Propostas

1ª - ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: expansão interdisciplinar de fóruns e outros espaços comuns de aprendizagem, de pesquisa calcados no diálogo com os protagonistas sociais, reunindo a comunidade acadêmica em torno de temas como: energia, agricultura, água, educação,

saúde, reforma urbana, biodiversidade, direitos humanos, cultura, arte... O objetivo deve ser a integração acadêmica e a ampliação do diálogo com a sociedade;

2ª - REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI): será realizado a partir da organização da produção do conhecimento, deverão ser realizadas alterações pontuais que permitam, para além de todas as demandas de cada campus, assegurar um compromisso com a educação pública;

3ª - AMPLIAR E DIVERSIFICAR: como parte da função social e com o funcionamento da editora da UNIPAMPA, torná-la um instrumento difusor do conhecimento produzido na Universidade, assegurando a publicação de teses e dissertações recomendadas e que tenham sido avaliadas positivamente pelos comitês editoriais;

4ª - VALORIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: com a criação e a consolidação de espaços de aprendizagem e de produção intelectual sem deixar de agregar distintos sujeitos sociais. A criação de Núcleos Permanentes de Extensão e a valorização de ações já adotadas no campo da extensão;

5ª - CARÁTER PÚBLICO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO: por meio da implementação de uma política de Comunicação Institucional que assegure a difusão e a divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esta discussão deverá abranger os três segmentos da universidade, considerar a pluralidade de pensamento em todas os campi da UNIPAMPA e utilizar a experiência de todos os profissionais de comunicação da UNIPAMPA.

II - O PAPEL DO REITOR E DO VICE-REITOR

A UNIPAMPA possui características próprias que enfatizam a necessidade de ser reinventada enquanto instituição de ensino superior. Afinal, diferentemente da concepção dita “normal” da estrutura universitária, ela é multicampi e, assim, está espalhada por dez municípios que abrangem três regiões do Rio Grande do Sul.

A estrutura legislativa elaborada no Brasil volta-se ao modelo centrado num município que, no máximo, possui alguma extensão em outro. De forma distinta, a UNIPAMPA mantém, nos seus campi, todas as atividades (ensino, pesquisa, extensão). Assim, não há fórmula pronta; é fundamental analisar toda a estrutura, assegurar o exercício democrático e garantir a autonomia dos campi.

Para tanto, um passo importante deste projeto é redefinir o papel do Reitor e do Vice-Reitor. Não bastam apenas os textos normativos, como a Resolução n. 5 do Conselho Universitário (CONSUN), a qual elenca, em seu art. 55, as competências do Reitor e, no art. 56, as competências do Vice-Reitor. Para transformar o texto em norma, é preciso contexto.

Uma Universidade que queira, de fato, converter o texto do art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata da autonomia universitária, em realidade precisa rever politicamente os papéis de Reitor e Vice-Reitor.

Em PRIMEIRO LUGAR, o Reitor é um representante da Universidade. Portanto, deve se articular com os movimentos sociais e com representantes da comunidade na expectativa de transformar a sua fala em uma voz forte na defesa da UNIPAMPA em cenário nacional.

Em SEGUNDO LUGAR, o Reitor deve pautar a sua atuação na Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), pela representação das posições coletivas e democraticamente construídas na UNIPAMPA.

Em TERCEIRO LUGAR, o Reitor é, acima de qualquer papel, um mediador. Como mediador, deve garantir o equilíbrio entre docentes, discentes e técnicos administrativos (KERR, 1982, p. 41).

Em QUARTO LUGAR, por ser um mediador, tem como tarefa, também, o empoderamento institucional diante da diversidade de grupos que compõem a UNIPAMPA, multiversa por natureza. O Reitor torna-se o mediador de valores do passado, as perspectivas do futuro e a realidade do presente.

Em QUINTO LUGAR, ao Reitor cabe estabelecer um pacto social na e pela Universidade, estabelecendo um diálogo contínuo por meio de instrumentos de democracia participativa.

Em SEXTO LUGAR, a partir desse pacto, deve levar as posições ao MEC, de forma a assegurar a autonomia da UNIPAMPA. O compromisso social não pode se esvaír nos gabinetes dos Ministérios.

Em SÉTIMO LUGAR, a UNIPAMPA, por suas características multicampi, deve ter na figura do Vice-Reitor um articulador institucional entre gestão, comunidade acadêmica e diretores, com autonomia para dialogar em nome da gestão; isto para além das competências regimentais.

Propostas

1ª - LUGAR DE REITOR É NO CAMPUS: a proposta de implantação da reitoria no campus Bagé vem sendo trabalhada entre gestão superior e unidade. Propomos a construção de prédio administrativo, dentro do campus Bagé, para abrigar Reitoria e pró-reitorias, que hoje ocupam prédios alugados que chegam ao custo de R\$30 mil mensais. O Município de Bagé, além de ser a sede da UNIPAMPA, conta com cerca de 30 hectares no campus que poderiam abrigar o prédio. Isto asseguraria qualidade na vida dos servidores da UNIPAMPA, que hoje desempenham suas funções em condições, por vezes, precárias, tornaria a Gestão Superior presente na vida do campus e permitiria a implantação de um modelo sustentável de construção;

2ª - PAGUEI, QUERO PRESTAÇÃO: apresentação de justificativas e resultados acadêmicas e sociais para o CONSUNI de viagens que pretenda ou tenha realizado ao exterior;

3ª - PACTO PELA UNIPAMPA: discussão ampla e democrática, via criação de Conselho Consultivo de Gestão, que assegure representação paritária das prioridades e que viabilize a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional, posição que será levada ao MEC e à ANDIFES, além de Fóruns de Pró-Reitores;

4ª - PREFEITURAS EM FOCO: debate com os Prefeitos Municipais para: a) a viabilização de acesso ao campus; b) da criação de alugueis sociais; c) de projetos de ciclovia; e, d) zoneamento ambiental dos campi, de áreas lindeiras a estes;

5ª - COORDENADOR INSTITUCIONAL: ligada ao gabinete do Vice-Reitor será responsável pelas articulações entre campus e Gestão;

6ª - GABINETE MÓVEL: uma vez por mês, o Reitor despachará nos outros campi e atenderá à comunidade acadêmica. Para tanto construirá uma agenda com cada campus assegurando o diálogo: a) com corpo diretivo; b) com coordenadores de cursos; c) com técnicos-administrativos em educação; d) com assembleias de campus;

7ª - AGENDA PARTICIPATIVA: disponibilização de um dia da semana para atendimento direto a discentes, docentes e técnicos administrativos preferencialmente por vídeo ou *webconference*;

8ª - UNIPAMPARTICIPATIVA: realização de consultas populares entre a comunidade universitária e os moradores da cidade por meio de assembleias gerais, sendo a pauta definida com base nos anseios e necessidades de cada comunidade;

9ª - ADICIONAL DE PENOSIDADE: lutar junto ao Poder Executivo, à bancada gaúcha no Legislativo e à ANDIFES para a regulamentação do adicional como forma de fixação de servidores na UNIPAMPA.

DEMOCRACIA

10ª - PERFIL DOS PRÓ-REITORES: o cargo de Pró-Reitor, a despeito de ser uma escolha de ordem política, não deve/ pode ser distribuído como forma de acomodação entre diferentes grupos políticos ou interesses políticos dentro da UNIPAMPA. A coesão da equipe a ser formada é fundamental para que se possa colocar em prática o projeto e aprofundá-lo. Antes de apresentar os critérios, é importante deixar claro que se espousa de primados como o tratamento isonômico entre técnicos-administrativos em educação e docentes na escolha, e o respeito aos servidores já lotados nas Pró-Reitorias. Desta maneira, propõe-se estabelecer, desde agora, critérios que serão utilizados para a escolha, quais sejam: a) conhecimento compatível com a área em que for desempenhar a função; b) comprovada experiência na área; c) compromisso com o projeto;

11ª - EQUIPE DE TRANSIÇÃO: as mudanças devem ser realizadas no seu ritmo próprio, são seres humanos que, independente, das escolhas no campo político têm suas famílias, seus anseios... Por isso, quer-se estabelecer uma equipe de transição para que possa percorrer todos os setores da gestão superior para a realização de um processo amistoso de sucessão, que garanta a apropriação do conhecimento acumulado ao longo de 7 anos de gestão e, não, o definhamento do que fora feito.

III - AÇÕES IMEDIATAS PARA A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, AUTÔNOMA E DE TODXS

O Programa de Expansão das Universidades Públicas brasileiras foi positivo, pois levou o Ensino Superior para regiões distantes dos grandes centros e deprimidas economicamente. Mas não deve parar por aí. A UNIPAMPA, por suas características próprias, não pode reproduzir a fórmula utilizada pelas Universidades tradicionais, que não mais funciona.

A democratização da UNIPAMPA é uma condição direta e necessária para que se possa inovar e produzir conhecimentos mais sintonizados com a sociedade. Parafraseando Renato Janine Ribeiro, é aprender com o desastre (2003, p. 19). “Se realmente formos apostar na inovação, precisamos, antes de mais nada, formar gente que tenha a capacidade de inovar” (RIBEIRO, 2003, p. 19). É preciso mudar a concepção corrente de divisão dentro da comunidade acadêmica – e da comunidade acadêmica em relação à comunidade local – via de regra de forma assistencialista ou mercadológica, sem que haja um intercâmbio de saberes e práticas.

Tal reforma democrática diz respeito àqueles que estão fora da UNIPAMPA, aos que nela não puderam ingressar. Falta, efetivamente, que se coloque a Universidade no âmbito da sociedade brasileira de forma ampla, e não parcial, albergado pela mera inserção regional. A missão é não deixar a UNIPAMPA tornar-se “o cartório para o reconhecimento das funções proveitosas aos interesses da classe dominante” (PINTO, 1982, p. 28).

Para tanto, há propostas imediatas e não setORIZADAS que devem ser colocadas em prática para o fim do encastelamento da Universidade Pública, tornando-a um profícuo espaço público.

Propostas

1ª - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: a proposta é que cada campus possa elaborar e votar as suas prioridades orçamentárias. A sua estrutura deverá dar a mesma força a todos os segmentos da comunidade acadêmica e se abrir à participação da comunidade local. Será destinada uma faixa orçamentária para que cada campus eleja suas prioridades;

2ª - MATRIZ ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA E DE TODXS: os critérios para a definição do Orçamento da UNIPAMPA devem ser abertos e debatidos por todos. É necessário dar, efetivamente, publicidade e transparência da composição do Orçamento, bem como da distribuição das funções com gratificações. A Gestão Superior deve lutar contra a reprodução da chamada “Matriz Andifes” em âmbito interno, para isso deve definir sua própria matriz para a construção do orçamento;

3ª - CONSELHO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PLANEJAMENTO: conselho paritário responsável pela fiscalização do cumprimento do Orçamento e para propor alternativas em caso de cumprimento parcial;

4ª - PLANO DIRETOR AMBIENTAL E ARQUITETÔNICO: os dez campi querem crescer; a questão é: para onde e como? A UNIPAMPA conta com estudantes de Engenharia, de Administração, de Gestão Pública e de Gestão Ambiental que podem, com o apoio da Reitoria e das Coordenações de Curso, elaborar estudos para servir de base à discussão. O Plano Diretor deverá apresentar soluções para problemas cruciais como: a) gestão de resíduos; b) participação de cooperativas de reciclagem na coleta de lixo; c) projetos arquitetônicos sustentáveis; d) acessibilidade; e) reaproveitamento de energia; f) mobilidade urbana;

5ª - PRÓ-REITORIA DE APOIO ESTUDANTIL E DIVERSIDADE: ocupará o espaço da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. Os estudantes necessitam do apoio da Instituição, que deve assegurar uma política estudantil para mantê-los na UNIPAMPA e garantir o respeito à diversidade em sentido amplo por meio de ações de *empoderamento* via NuDE;

6ª - CONSELHO CONSULTIVO DE ESTUDANTES PARA O APOIO ESTUDANTIL: assegurar junto à Pró-Reitoria maior influência na vida dos Estudantes, maior participação dos atingidos pelas ações via auxílio em suas criações e mudanças necessárias para melhor atendimento da comunidade acadêmica e em geral;

7ª - DEBATE E CONSULTA À COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA FUNDAÇÃO DE APOIO: é questão recorrente na UNIPAMPA a criação de uma Fundação. Entende-se que a questão deve ser discutida (*prós e contras*), sucedida de consulta à comunidade acadêmica sobre a sua criação e, em caso de surgimento, que esteja a serviço integral dos interesses públicos;

8ª - ESTATUINTE ACADÊMICA: debate amplo e irrestrito sobre a reformulação estatutária da UNIPAMPA, que conte com a participação dos Movimentos Sociais e de intelectuais da comunidade comprometidos com a Universidade Pública, Democrática, Gratuita e de Qualidade. Um espaço democrático se organiza com práticas que permitam a participação do conjunto de seus participantes em suas definições. Nesse sentido, defendemos que os conselhos deliberativos sejam constituídos paritariamente entre professores, técnicos e estudantes. O Estatuto deve prever, ainda, fóruns permanentes com a participação da sociedade, para a incorporação das vozes que demandam diálogo com a universidade;

9ª - ESTUDO DE VIABILIDADE DA PARIDADE EM ÓRGÃOS DELIBERATIVOS: é arcaica a ideia de que os docentes devam participar na proporção de 70% nas deliberações. Não se pode chamar de democrática uma instituição que atua assim. O fim da tutela e superioridade numérica dos docentes nestes órgãos é condição fundamental para a construção democrática da UNIPAMPA. Quer-se que todos os órgãos deliberativos, como CONSUNI e Conselho de Campus, tenham uma constituição paritária. Ainda que Lei de Diretrizes e Bases apresente a proporção acima referida, entendemos que a Universidade Pública deve ser o ponto de partida para mudanças que consolidem práticas baseadas no princípio democrático, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil;

10ª - ARTICULAÇÃO DE AÇÕES: há oito anos que a UNIPAMPA vive seus lampejos democráticos de ações autônomas e desarticuladas. Cada campus age da forma que lhe convém e, a isso, é dado a alcunha de democracia. Por certo, os campi devem ser autônomos, porém não sem a articulação com as Pró-Reitorias;

11ª - ASSESSORIA JURÍDICA PRÓPRIA: as procuradorias jurídicas das Universidades Federais encontram-se no escopo da Advocacia Geral da União. Deste modo não contemplam as demandas advindas da própria instituição. Atualmente, tolhe a autonomia da Universidade ao rever toda e qualquer demanda da instituição, tendo por base os interesses do MEC. Necessitamos de uma voz jurídica própria. Além disso, a falta do apoio jurídico próprio gera imensos problemas administrativos, os quais necessitam de uma resposta imediata. A assessoria jurídica contará com a parceria do Curso de Direito e técnicos-administrativos em educação;

12ª - AÇÃO POLÍTICA IMEDIATA EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA A FIM DE ARQUIVAR A LEI ORGÂNICA DAS UNIVERSIDADES E A PROPOSTA DA ANDIFES: compreendemos que a autonomia inscrita no artigo 207 da constituição brasileira é uma norma "bastante em si", e deve ser exercida no âmbito do Estatuto e do estrito respeito aos colegiados superiores.

IV - A POLÍTICA PARA OS SERVIDORES

A UNIPAMPA, além da reitoria, são dez campi, estrutura inédita em termos de organização da vida acadêmica. Desde o início das atividades, o desafio é assegurar a descentralização burocrática e democrática sem, com isso, distanciar-se da qualidade necessária a uma instituição desta envergadura.

Nesse sentido, a Gestão da UNIPAMPA deve ser interlocutora, discutindo, debatendo e apontando as diretrizes para as unidades e, assim, dando-lhes ampla autonomia. O papel da Gestão é o de mediação. Para tanto, deve levar em conta também os anseios das comunidades locais e dos movimentos sociais, tornando a universidade pública um verdadeiro espaço de empoderamento e construção do conhecimento.

As medidas a serem adotadas vão desde questões simples e operacionais até questões mais complexas, as quais se refletem na sua incorporação como espaço público e, portanto, deselitizado. Passados 7 (sete) anos de existência, o que se nota é um avanço muito tímido e, por vezes, desconectado da sociedade civil.

Propostas

1ª - DISTRIBUIÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS E CARGOS DE DIREÇÃO: o Conselho Universitário, no último biênio, criou a Comissão Especial para apontar novas diretrizes para o Estatuto da UNIPAMPA. Compreende-se que se deve servir dos apontamentos desta Comissão para a criação de critérios para a distribuição de CDs e FGs na UNIPAMPA, dando maior autonomia a cada campus para gerir FGs e CDs, além de não a tornar um instrumento de clientela dentro de Administração Pública;

2ª - ESTUDO SOBRE COMPETÊNCIAS: é preciso definir, setor a setor, nos dez campi, quais as competências de cada um. É direito do servidor da UNIPAMPA saber quais são as atribuições do seu cargo, inclusive como forma de diagnosticarmos as carências da UNIPAMPA. Além disso, o resultado será um estudo para servir de suporte à implementação das 30 horas semanais dos Técnicos Administrativos em Educação;

3ª - 30 HORAS PARA OS TAES: conforme estudo já apresentado na UNIPAMPA e a experiência de outras Universidades, é possível e legal a implementação das 30 horas semanais. A proposta é sua implementação gradual num trabalho conjunto entre UNIPAMPA, CONJUR, CONSUNI e MPF. A regulamentação para todos os setores deverá ter o prazo máximo de 18 meses;

4ª - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE DA UNIPAMPA: a criação deste programa é fundamental para que o docente possa concorrer a bolsas dos órgãos de fomento para a realização do seu doutorado/mestrado. As diretrizes do Programa serão elaboradas pelas PROGESP e, após isto, cada campus deverá definir suas prioridades;

5ª - MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS PARA QUALIFICAÇÃO (DOCENTES/TAEs): debate com todos os campi, de acordo com as suas peculiaridades, para a criação de critérios/regras para qualificação docente e de TAEs;

6ª - EDITAL INTERNO PARA A QUALIFICAÇÃO DOCENTE E DE TAES: cada campus deverá realizar o seu próprio edital para qualificação docente e de TAEs;

7ª - POLÍTICA PARA REALOCAÇÃO DE TAES: por meio de amplo debate, criação de política com critérios objetivos para realocação dos TAEs entre Unidades e nas Unidades;

8ª - ENCARGOS DOCENTES: a Resolução n.º 79 do CONSUNI elabora diretrizes, mas não diz o quanto vale cada encargo docente. Entende-se que devem ser contabilizadas nos encargos docentes as horas de trabalho para orientação (mínimo e máximo), aulas e orientações nas pós-graduações *lato sensu* e cargos e participações em comissões dentro da UNIPAMPA. Para uma política séria de diagnóstico dos vícios de cada unidade, é preciso estabelecer os encargos docentes. Contudo, este trabalho deve ser um esforço conjunto entre PROGESP e representantes dos dez campi;

9ª - COMITÊS LOCAIS DE POLÍTICA DE PESSOAL: implementar, dialogar e utilizar como substrato para as decisões da gestão as orientações dos Comitês Locais de Política de Pessoal;

10ª - COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD): desburocratizar o processo de progressão e promoção docente, nos limites da lei, tornando-o mais célere e técnico, sem reexames desnecessários por cada instância. A proposta é tornar o processo totalmente eletrônico e possível de acompanhar via internet;

11ª - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): manter o processo de capacitação dos servidores da UNIPAMPA;

12ª - CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA: processo de capacitação pedagógica contínua para servidores da UNIPAMPA voltada, principalmente, ao atendimento de alunos portadores de necessidades especiais;

13ª - UNIVERSIDADE ABERTA: como espaço público e de empoderamento, a Universidade deve estar disponível à comunidade. Propõe-se que os campi da UNIPAMPA sejam palco de uma programação cultural, inclusive nos finais de semana;

14ª - BIBLIOTECA ABERTA: a biblioteca é o coração da Universidade, ainda mais quando o perfil de

muitos dos estudantes é de trabalhadores. Para que possam, com qualidade, concluir seus estudos, é necessário concentrar esforços durante os finais de semana e ao meio-dia. Assim, intenta-se que as bibliotecas abram ao meio-dia (todos os dias) e aos sábados, garantindo o bom uso do seu acervo;

15ª - FIM DA MULTA PECUNIÁRIA: por não ter sustentação legal, propõe-se o fim da multa pecuniária e o estabelecimento da suspensão (por dias) da retirada de livros como forma de multa;

16ª - AUTOMATIZAÇÃO DO PAGAMENTO DA HORA NOTURNA AOS SERVIDORES: é direito, não é benefício. Por meio dos campi, a PROGESP será informada e encaminhará o pagamento do adicional de hora noturna aos servidores que fizerem jus;

17ª - *E-PROCESS*: informatização de todos os processos da UNIPAMPA, bem como a criação de protocolo eletrônico. Para tanto, o trabalho deverá ser realizado via NTIC. Isto deverá assegurar ao requerente a transparência dos dados e o acompanhamento do seu processo;

18ª POLÍTICA PARA A “DESMERCANTILIZAÇÃO” DA VIDA ACADÊMICA: entendemos que há um contínuo processo de mercantilização da vida acadêmica. Identificamos isso a partir do “produtivismo acadêmico”, o estabelecimento de metas (para além de qualquer qualidade) e outras ações desconectadas do verdadeiro *ethos* da Universidade Pública. Para tanto, quer-se: a) estabelecer fóruns para a troca de saberes entre os dez campi; b) criar eventos culturais permanentes nos dez campi; c) dar mais espaço e visibilidade ao servidor terceirizado como parte da vida da UNIPAMPA; d) vedar qualquer forma de terceirização de atividade fim.

V - POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Uma universidade fronteiriça já nasce, ainda que inadvertidamente, internacional. Porém, nem por isso ela é *institucionalmente internacionalizada*. Os dez campi, sejam os que fazem divisa direta com a República Argentina ou a República Oriental do Uruguai, sejam aqueles que se encontram um pouco mais afastados, fazem parte de uma lógica de fronteira que inclui regiões dos países vizinhos em um *continuum* sociocultural sul-americano. Isto é um grande ativo – com o qual a UNIPAMPA tem sorte de já ter nascido – que deve, todavia, ser mais explorado e ampliado. Para isto, incluímos quatro propostas para que a internacionalização da UNIPAMPA seja ampliada de forma participativa e democrática.

Propostas

EM PRIMEIRO LUGAR, a UNIPAMPA deve *potencializar os convênios que já possui* com instituições estrangeiras. Durante seus anos de atividade, a Assessoria de Relações Internacionais da UNIPAMPA (ARInter) deu passos importantes rumo à celebração de convênios com universidades de nove países. Tais ações, contudo, devem ser acompanhadas de projetos constantes de interação acadêmica que digam respeito ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão acadêmica e que partam dos discentes, dos docentes e dos TAEs da nossa instituição. Deste modo, é preciso pensar a celebração de novos convênios e, concomitantemente, trabalhar de forma constante para que estes documentos funcionem como o *início* de uma vivência internacional das categorias que compõem a universidade.

EM SEGUNDO LUGAR, não se pode pensar uma universidade internacionalizada que não tenha como política a construção do *domínio de idiomas estrangeiros* pela comunidade acadêmica. Desta forma, a ARInter colaborará com a reitoria e os campi para a instituição dos Núcleos de Idiomas *fixos e permanentes*, e não apenas sazonais, que desenvolvam o potencial multilíngue de discentes, docentes e TAEs, com cotas inclusivas para membros das comunidades locais com base em critérios socioeconômicos. Isto deverá trazer melhoras sensíveis na competitividade dos discentes da UNIPAMPA, de forma ampla, quando da publicação de editais pelo Programa Ciência sem Fronteiras do Governo Federal e de agências nacionais e internacionais.

EM TERCEIRO LUGAR, buscar-se-á, através de discussões periódicas da ARInter com grupos discentes de todos os campi, os melhores critérios para se *selecionar alunos para intercâmbio acadêmico internacional*, seja com base no mérito acadêmico, seja com base em elementos socioeconômicos, conforme as peculiaridades de cada campus e os editais disponibilizados pela UNIPAMPA, por instituições estrangeiras ou por órgãos governamentais. O Programa de Apadrinhamento

ao aluno estrangeiro deverá ser valorizado e contar como experiência acadêmica no currículo discente, ponto a ser defendido pela ARInter em discussões com as comissões locais e as coordenações acadêmicas.

EM QUARTO LUGAR, a UNIPAMPA não pode desconsiderar a qualidade do seu pessoal docente e o valor de uma experiência acadêmica internacional – e o quanto isto se reflete em benefícios para os campi onde tais servidores estão lotados. Logo, a ARInter buscará sistematizar, através dos convênios já estabelecidos e a serem estabelecidos com instituições estrangeiras, através de discussões com a PROGESP e com o corpo docente, *a intercâmbio docente de e para a UNIPAMPA*, buscando levar nossos professores para ensino e capacitação no exterior e buscando trazer docentes externos para temporadas nos nossos campi, qualificando ainda mais, desta maneira, os currículos acadêmicos dos nossos cursos.

Logo, a ARInter deverá ampliar o escopo de suas atividades para congregar, através do diálogo permanente, as várias categorias universitárias em torno do projeto de internacionalização da universidade, o qual deve ter como escopo: 1) a ampliação do conhecimento local incluindo perspectivas externas; 2) a contribuição regional para a construção de saberes em outras localidades; e 3) a reafirmação da UNIPAMPA como universidade *integradora* sul-americana, com olhos atentos tanto ao Cone Sul quanto às mais diversas parcerias regionais e extrarregionais.

VI - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

Para que a articulação entre os dez campi seja efetiva, possível e a custo razoável, a comunicação e a articulação entre os diferentes meios de comunicação são fundamentais. Nesse sentido é possível reconhecer que houve, nos últimos quatro anos, uma melhoria substancial, principalmente no acesso à internet (velocidade) e na utilização de instrumentos como a webconferência.

Mas não é só isso. O aperfeiçoamento da Assessoria de Comunicação Social a tornará, também, um meio eficaz de diálogo da Reitoria da UNIPAMPA, de setores administrativos e dos campi com a sociedade civil. A Universidade conta com um qualificado corpo de pessoas versadas em Comunicação Social; a despeito disto, observa-se um menosprezo da potencialidade deste setor.

Não se pode esquecer que “[a] Internet foi apropriada pela prática social [...]” (CASTELLS, 2003, p. 99), ou seja, não é possível ignorar o seu papel como forma de difusão de informação e de diálogo.

Com base nisso, formulam-se propostas para que possamos aprofundar os laços entre os dez campi e potencializar a comunicação entre UNIPAMPA e comunidade acadêmica, UNIPAMPA e sociedade civil.

Propostas

1ª - RÁDIO UNIVERSITÁRIA: o projeto já está em andamento, mas falta vontade política para colocá-lo em prática. A criação da Rádio interligará os campi e a sociedade civil com uma programação cultural e informativa;

2ª - EDITORA DA UNIPAMPA: também é outro projeto que se “arrasta” por anos na UNIPAMPA. Urge a criação da Editora com um conselho editorial independente. Por meio da Editora e, conseqüentemente, da gráfica da UNIPAMPA, deseja-se criar um informativo bimestral (virtual e impresso), além de publicizar o conhecimento criado dentro da universidade;

3ª - REDES SOCIAIS: comunicar, ser ouvido e ser respondido. As redes sociais são um instrumento para divulgação – mesmo que bem humorada – das atividades e dos planos da gestão. Contudo, também, será um meio para ouvir as reclamações, os problemas e atendê-los. Neste sentido, são fundamentais páginas no Facebook, perfis no Twitter, canais no Youtube e perfil no Instragram;

4ª - APERFEIÇOAMENTO DO SITE: o portal do UNIPAMPA será aperfeiçoado tornando os processos mais transparentes e criando instrumentos virtuais de consulta totalmente seguros. Tudo possível com tecnologia própria e parceria com os cursos de graduação que possam desenvolver esse setor;

AUTONOMIA

5ª - AUTONOMIA NO ESPAÇO DO CAMPUS: os campi devem ter maior autonomia na divulgação de informações no seu espaço no site sem precisar enviar matérias e ter seu conteúdo revisado. O primado é da liberdade de expressão, liberdade de ser contra ou a favor ou indiferente a qualquer gestão;

6ª INCENTIVO A REUNIÕES VIA WEBCONFERÊNCIA: a reunião presencial apresenta custos altíssimos. Reconhece-se a importância do encontro presencial, mormente, em termos de articulação de questões políticas da UNIPAMPA. Contudo, reuniões burocráticas ou técnicas podem/devem ser realizadas, na medida do possível, via webconferência, gerando recursos fundamentais para ações prioritárias;

VII - POLÍTICA PARA O DISCENTE

Atualmente, a UNIPAMPA conta com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. Contudo, suas práticas e políticas têm sido claramente deficitárias em relação às demandas da comunidade acadêmica. É preciso inovar e, com isto, sobrepujar a estagnação deste órgão.

Esta Pró-Reitoria é mais do que a mera prestação de assistência: o estudante deve se sentir parte da UNIPAMPA, deve receber apoio estudantil, deve ter a sua diversidade cultural, comportamental e sexual reconhecida e respeitada na Universidade. Para isto, não basta ampliar bolsas de permanência ou atender de acordo com a demanda dos estudantes: é preciso estar sintonizado e estabelecer condições para um ambiente acadêmico saudável.

A mudança do nome passa por uma mudança de concepção política dentro da UNIPAMPA que seja capaz de ampliar as antigas pautas e incorporar as novas que batem às portas da Universidade. O estudante não é um ser tutelado pelo docente: ele é uma parte igualmente importante e autônoma da UNIPAMPA. Para romper com lugares comuns, é preciso romper com o conservadorismo típico das Universidades centrais.

Propostas

1ª - MANTER AS BOLSAS PERMANÊNCIA E ASSEGURAR O PAGAMENTO EM DIA: em tempos de ajuste fiscal (neoliberal), um dos desafios à nova administração é manter o pagamento de bolsas que são fundamentais aos estudantes. As bolsas serão mantidas e ampliadas - na medida em que a UNIPAMPA cresce - e pagas em dia;

2ª - CRIAÇÃO DE INDEXADOR PARA O REAJUSTE DAS BOLSAS: elaboração de indexador que assegure o reajuste das bolsas de acordo com a variação inflacionária;

3ª - RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO: disponibilização nos dez campi e reexame dos atuais contratos de prestação de serviços para redução do valor cobrado, melhoria do serviço e oferecimento de maior qualidade do serviço por meio da aquisição de alimentos advindos de produtores agroecológicos locais;

4ª - MORADIA ESTUDANTIL: manutenção, construção e melhoria dos serviços de moradia estudantil através de projetos sustentáveis;

5ª - BICICLETÁRIOS NOS DEZ CAMPI E DISPONIBILIZAÇÃO DE BICICLETAS: para que o estudante possa fazer o trajeto campus-Cidade-campus serão disponibilizadas bicicletas por meio de parcerias com Prefeituras e agentes da comunidade local;

6ª - "BIXO PERDIDO": projeto piloto do campus Santana do Livramento visa divulgar uma cartilha impressa e virtual com os principais endereços, telefones e possibilidades de aluguéis. O que se pretende é espalhar pelos dez campi esse projeto, com apoio da Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Diversidade (PRAED);

7ª - CRECHES: das normas à realidade, quer-se abrir imediatamente o edital para o pagamento do auxílio-creche. Além disso, pretendemos estabelecer convênios com entidades sociais para, de fato, promovermos a creche universitária;

8ª - CALOURADA: atividades culturais e de integração nos dez campi;

9ª - SEMANA DA DIVERSIDADE: destinada ao debate e à discussão da diversidade na UNIPAMPA;

10ª - NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL: espaço de empoderamento dos estudantes, que deve estar mais articulado com os mesmos e ser mais proativo. Para isto, é fundamental a articulação com a Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Diversidade (PRAED);

11ª - AUTONOMIA: apoio irrestrito à constituição do Movimento Estudantil da UNIPAMPA como legítimo, representativo e autônomo, independentemente das posições adotadas em relação à Gestão da UNIPAMPA;

12ª - PRÉ-ENEM PARA PESSOAS CARENTES: deverá ser uma ação de extensão com objetivo de preparar pessoas carentes para o ENEM, utilizando, para tanto, o conhecimento de alunos ou servidores da UNIPAMPA;

13ª - DIVERSIDADE DENTRO E FORA DO CAMPUS: vivemos numa região muito conservadora do Rio Grande do Sul. Estabelecer uma relação dialógica interna e externamente é fundamental. Para isso, entendemos que o tema da diversidade deve ser estimulado por meio de: a) aperfeiçoamento de docentes das escolas públicas e privadas (métodos de abordar o tema); b) diálogo constante com os docentes da UNIPAMPA sobre preconceito e respeito à diversidade;

14ª - JOGOS UNIVERSITÁRIOS: manutenção dos jogos universitários e ampliação à participação de servidores, inclusive, terceirizados. Além disso, entendemos que deve ser incentivada a criação de "Atléticas" por unidade, como forma de estímulo à prática esportiva, a comunhão de valores e o espírito universitário;

15ª - INCENTIVO/ APOIO A PRÁTICAS SOLIDÁRIAS E EMANCIPATÓRIAS: a Universidade Pública como espaço de troca de experiências emancipatórias deve promover práticas solidárias como: a) refeição solidárias; b) feiras de produtos oriundos da agricultura familiar e orgânicos; c) feiras de economia solidária; d) cooperativa de estudantes.

VIII - POLÍTICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Defende-se que a prática educacional requer a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; são momentos diferentes e complementares da consolidação do saber. Em aula, toma-se conhecimento dos saberes necessários à formação específica. A pesquisa possibilita que este saber seja testado, assim como é possível a criação de novos saberes. Durante a extensão, estabelece-se a relação com a comunidade da qual a universidade faz parte e, assim, efetiva-se seu papel de interação e troca de saberes e práticas.

Assim, a efetivação do tripé ensino-pesquisa-extensão é parte fundamental do processo de aprendizagem e da consolidação de uma universidade capaz de criar e se envolver com a comunidade circundante. Ademais, é papel da gestão ir além do papel usual dado a tais atividades, que geralmente são tratadas como um processo mercadológico ou assistencialista. Assim, busca-se a efetivação de uma universidade popular de fato.

Diante disso, é preciso sair da “torre de marfim” que se tornou a Universidade Pública no Brasil e incorporar os saberes populares na constituição democrática da UNIPAMPA. Urge a participação ampliada dos movimentos sociais nos campos do ensino, pesquisa e extensão.

Propostas

1ª - SIMPLIFICAÇÃO/READEQUAÇÃO DA TERMINOLOGIA: utilizada para nomear as bolsas e editais de ensino, pesquisa e extensão de forma a incentivar a participação dos discentes. Deve servir como forma de desburocratização e atração do corpo discente a ser parte destes;

2ª - PRAZOS E FLUXO CONTÍNUO: apresentação de prazos adequados por meio de edital para a produção de projetos de ensino, pesquisa e extensão, com notificação de todos os atos produzidos no procedimento administrativo;

3ª - TRANSPARÊNCIA E AGILIDADE NA CERTIFICAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTADOS: processo virtualizado e simplificado;

4ª - MAPEAMENTO DE ÁREAS DO SABER: amplo debate com todos os campi para que sejam consideradas as peculiaridades de cada área do saber no que diz respeito ao reconhecimento dos métodos de realização dos projetos de pesquisa;

5ª - FÓRUMS POR ÁREA DE SABER: visa identificar as peculiaridades e estabelecer grupos de tra-

balhos que possam avaliar projetos de acordo com a peculiaridade da área, conferindo maior autonomia aos proponentes. Além disso, debate contínuo acerca dos projetos político-pedagógicos de curso;

6ª - **PROJETOS LOCAIS, EMPODERAMENTO LOCAL:** levantamento, via Pró-Reitorias, das demandas locais de cada campi e cidade, de forma a facilitar a elaboração e realização de projetos locais quando for cabível;

7ª - **O PAPEL DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA):** dialogar e aprofundar o debate com CPA para estabelecer objetivos de curto e médio prazo para aperfeiçoar os processos da UNIPAMPA e avançar nos campos do ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;

8ª - **NÚCLEOS DE IDIOMAS:** incentivo, por meio de estrutura e bolsistas, à criação, em cada campus, de um núcleo de línguas estrangeiras para aperfeiçoamento da comunidade universitária. Serão convidados a ministrarem aulas docentes, TAEs, estudantes e pessoas da comunidade local que tenham conhecimentos em línguas estrangeiras. Todos serão certificados, no caso dos TAEs e docentes, como forma de encargo em projeto de extensão e, no caso dos alunos, como atividade complementar de graduação;

9ª - **DIÁLOGOS ENTRE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E NÚCLEOS:** estímulo ao diálogo e participação entre estudantes da graduação e pós-graduação, bem como a participação destes no processo de inovação tecnológica, por meio do PampaTec e do Centro de Interpretação do Pampa;

10ª - **CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO:** garantia da implementação dos cursos de Medicina (Uruguaiana) e Direito (São Borja). Debate acerca da ampliação/restricção/manutenção do quadro dos cursos de graduação da UNIPAMPA, com base no PDI;

11ª - **AMPLIAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*:** política de apoio para a manutenção dos programas de pós-graduação *stricto sensu* já existentes e criação de editais para a elaboração de novos projetos;

12ª - **EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS:** estímulo, via edital próprio, à criação de incubadoras de cooperativas populares, visando uma relação dialógica entre equipe de incubadores e grupo assistido, de modo a promover a existência e a consolidação destes empreendimentos para que estes tenham características gradualmente mais compatíveis com os princípios da economia solidária. Estes são processos de inovação condizentes com o *ethos* da Universidade Pública;

13ª - **NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NIT):** consolidação, divulgação e diálogo permanente com o NIT;

14ª - **CRIAÇÃO DE POLÍTICA DE GRADUAÇÃO:** mapeamento de identidades de todos os cursos de graduação da UNIPAMPA, num trabalho conjunto entre PROGRAD e campus para identificar as potencialidades de cada curso e de campus por área de conhecimento. Esse estudo servirá de base para: a) matriz de distribuição docente; b) análise de perfis e políticas para aumento de in-

gresso; c) estabelecimento de políticas para evitar a evasão; d) criação de novos cursos de graduação;

15ª - CRIAÇÃO DE POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA: mapeamento de cursos de pós-graduação e identificação, a partir da política de graduação, em trabalho conjunto com os campi das potencialidades a serem desenvolvidas neste campo. O estudo servirá de base a: a) matriz de distribuição docente; b) estabelecimento de políticas de qualificação/requalificação docente; c) incentivo à criação de novos cursos de pós-graduação; d) potencialização, por meio de editais, dos grupos de pesquisa; e) estímulo à inovação; f) criação de minter's e dinter's para qualificação dos servidores;

16ª - LOGÍSTICA: exame de peculiaridades de cada campus para que se possa potencializar, via disponibilização de recursos, a utilização da frota nas saídas de campus, de maneira a atender aos interesses dos pesquisadores envolvidos. A utilização do carro por servidor deverá se dar mediante seguro total;

17ª - NÚCLEOS PERMANENTES DE EXTENSÃO: criação de núcleos para examinar potencialidades e necessidades das comunidades mais carentes de cada um dos dez Municípios. A intenção é que a UNIPAMPA saia do seu encastelamento ou que auxilie na potencialização de projetos já desenvolvidos, de formas que se tornem políticas permanentes de extensão;

18ª - PARCEIROS PÚBLICOS: estabelecimento de parcerias e convênios com a UERGS e Institutos Federais com o intuito de: a) otimizar o aproveitamento da estrutura física; b) propor cursos de pós-graduação em parceria; c) propor mobilidade entre os docentes; d) criar fórum para lutar contra a precarização do ensino superior.

IX - POLÍTICA DE USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A recente criação da UNIPAMPA tem, como consequência direta, a necessidade de estar permanentemente em obras. Não há uma estrutura consolidada. Os campi de São Borja, Itaqui, Jaguarão, Alegrete, Uruguaiana, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Caçapava do Sul estão em obras. Prédios administrativos, laboratórios, restaurantes universitários, casa do estudante, reformas elétricas, dentre outros.

Outras demandas surgirão ao longo dos próximos anos e o fato de não haver um Plano Diretor faz com que a UNIPAMPA trabalhe com uma infraestrutura deficitária. A intenção não é apontar responsáveis, mas compor diretrizes para o crescimento físico, sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

Assim, acredita-se que, num ambiente de austeridade econômica, apenas o planejamento em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) pode permitir a manutenção, num primeiro momento, e a ampliação, num segundo momento, da estrutura física da UNIPAMPA.

Propostas

1ª - OBRAS EM ANDAMENTO: assegurar que as obras em andamento cheguem ao seu fim. Nada de esqueletos ou obras pela metade. Deve-se finalizar o que está em andamento, dando total transparência aos valores e à execução;

2ª - FISCALIZAÇÃO: aumento no rigor, principalmente, na análise jurídica, dos contratos administrativos para a realização de obras públicas. Com isso, poder-se-á assegurar o equilíbrio da equação econômico-financeira sem termos aditivos ou modificativos desnecessários. Para tanto, propõe-se parceria com o curso de Direito, servindo de formação aos acadêmicos;

3ª - PLANO DIRETOR: já apresentada antes, quer-se a elaboração de plano diretor ambiental e arquitetônico da UNIPAMPA, tendo como base o PDI. A prioridade é pela formação de projetos de bioconstrução e arquitetura ecológica com aproveitamento adequado da água, da energia solar e de resíduos. As parcerias com os cursos de engenharia da UNIPAMPA serão fundamentais;

4ª - ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA: todos os campi deverão ter espaço para convivência dos estudantes e servidores. Isso inclui cessão de espaço para Centros Acadêmicos, Empresas Jrs., Diretório Central dos Estudantes, dentre outros;

5ª - CONDIÇÕES ADEQUADAS: oferecer condições adequadas ao desempenho das atividades de pesquisa, ensino e extensão, tais como laboratórios, bibliotecas e equipamentos. Para isto, será realizado um levantamento junto ao corpo diretivo dos dez campi acerca das necessidades de cada um, levando em conta o planejamento institucional;

6ª - CASA DO ESTUDANTE: garantia de uma casa do Estudante por campus, debatendo as condições e o número de ocupantes com os discentes;

7ª - RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO: um restaurante universitário por campus, incentivando a parceria com produtores agroecológicos;

8ª - PRÉDIO ADMINISTRATIVO DA REITORIA: construção de prédio administrativo da reitoria, dando fim ao aluguel;

9ª - INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE CONCURSOS ARQUITETÔNICOS: para que se torne possível a construção de prédios baseados no reaproveitamento de recursos, isto é, sustentáveis;

10ª - GESTÃO DO AMBIENTE: controlar a ocupação do solo, políticas de sustentabilidade, gerenciamento de resíduos, conservação paisagística, ordenamento e ambientação urbana;

11ª - ENGENHARIA URBANA: manutenção e conservação da infraestrutura e do mobiliário urbano;

12ª - GERENCIAMENTO DA MOBILIDADE URBANA: desenvolver e incentivar políticas de mobilidade universal e sustentável para os campi da UNIPAMPA, gestão e fiscalização dos serviços de transporte institucional local, observação e intervenção junto aos Governos Municipal e Estadual nas questões de transporte público;

13ª - SEGURANÇA: manter os serviços de vigilância e monitoramento dos campi através da tecnologia e normatização das posturas, facilitando as ações dos agentes responsáveis pela segurança das unidades;

14ª - LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO: com base nas normas estabelecidas a partir do plano diretor, analisar e aprovar projetos de edifícios e de intervenção urbanística nos prédios da UNIPAMPA;

15ª - CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HU): rejeitamos o modelo atual de contratualização via Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), no qual há a precarização do trabalho dos profissionais. No curso de Medicina optaremos pelo HU e por uma política de humanização dos serviços de saúde.

X - POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

O momento da economia brasileira é delicado. As ações emanadas do Ministério do Planejamento, com a assinatura do Ministério da Fazenda, têm afetado todas as áreas, e com a educação não tem sido diferente. A previsão é de um corte orçamentário na casa de R\$ 22,7 bilhões no Orçamento da União para 2015.

O *slogan* "Pátria Educadora", ironicamente, parece ruir diante dessa realidade. Afinal, o maior corte foi na área da educação, com previsão de cerca de R\$ 7 bilhões por ano.

Diante disso, o que se pode prever para o próximo quadriênio é que a necessidade de poupar afete as Universidades Públicas também. Assim, é preciso estar preparado para atuar em duas frentes plenamente conciliáveis.

A primeira deve estar voltada para uma atuação política da Reitoria incessante na demanda de mais recursos, em virtude das condições de trabalho ainda não adequadas. Novamente, o diálogo com parlamentares gaúchos, governo do Estado do Rio Grande do Sul e ações via ANDIFES devem pautar as ações.

A segunda deve agir para a redução de custos não prioritários na gestão da UNIPAMPA, economia que poderá se refletir no reinvestimento de valores para a expansão das políticas de apoio social e aquisição de materiais.

Propostas

1ª - PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS: redução de custos com prédios administrativos locados. Exame da possibilidade da instalação nos campi. Construção do prédio da Reitoria no campus Bagé;

2ª - DIÁRIAS: redução do custo com diárias por meio do incentivo à realização de reuniões por videoconferência. A UNIPAMPA conta com uma estrutura razoável cuja utilização deve ser otimizada;

3ª - CONTROLE INTERNO: trabalho em conjunto com o Conselho Curador (CONCUR) e Auditoria Interna afim de reduzir custos e aumentar o controle patrimonial;

4ª - CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA: incentivo ao uso consciente de energia nas dependências da UNIPAMPA;

5ª - FÓRUM DE COORDENADORES ADMINISTRATIVOS: fórum para debater com Coordenadores Administrativos dos dez campi maneiras de reduzir custos na UNIPAMPA;

6ª - SISTEMA DE COMPRAS: aperfeiçoamento do sistema de compras da UNIPAMPA, de forma a permitir o acompanhamento de todo o processo e a garantia do estabelecimento de prioridades;

7ª - RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE ORÇAMENTÁRIA: ampliação da base de financiamento público da UNIPAMPA junto ao Ministério da Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Poderes Legislativos, Poderes Executivos Municipais e Estaduais. Deverá ser apresentada ao Conselho Universitário uma proposta de orçamento global adequada a expansão que pretende a UNIPAMPA. Esta servirá de base para a ação política junto ao MEC, para garantir recursos adequados na matriz ANDIFES, para garantir mais recursos junto ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como para pautar no Ministério da Cultura e no Ministério da Ciência e Tecnologia, junto com as outras universidades federais, a criação de programas permanentes de orçamentação das universidades junto a estes ministérios. Junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia deverá solicitar programa orçamentário para assegurar o financiamento de pesquisas e bolsas. Junto aos poderes legislativo a atuação deverá ser voltada a aprovação de emendas parlamentares;

8ª - REDIMENSIONAR ORÇAMENTO: levantamento detalhado das dívidas, evolução orçamentária e expansão, para pressionar o MEC e redimensionar o orçamento da UNIPAMPA. Com base neste levantamento acionar o MEC para liberação imediata de orçamento a fim de regularizar todas as pendências e indicar a necessidade de redimensionamento do orçamento e a impossibilidade de contingenciamento.

XI - POLÍTICA PARA AS RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

É através das organizações de movimentos sociais que se dão as mudanças na sociedade, estando divididos entre aqueles que representam a defesa do *status quo*, via de regra de caráter reacionário, e, por outro, lado, aqueles que buscam mudanças como forma de alterar algum aspecto da realidade que lhes oprime. É com este segundo grupo que nos identificamos.

Logo, propõe-se dialogar com as organizações de movimentos sociais que buscam alterar a correlação de forças da sociedade atual. Compreendemos que é fundamental abrir espaço para o debate de gênero, etnia, sexualidade e classe, compreendendo que é através da ampliação da participação real nos espaços da universidade que ocorrerá uma democracia de fato.

Propostas

1ª - ESPAÇO PARA COLETIVOS: abrir espaços de participação efetiva de coletivos (feministas, étnicos, de classe e outros) dentro da universidade por meio da Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Diversidade, respeitando a autonomia destes grupos;

2ª - DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA: acatar a demanda de democratização da comunicação quando da criação da rádio universitária da UNIPAMPA;

3ª - FÓRUM PERMANENTE: fórum permanente de discussão de grandes temas nacionais das políticas públicas como Imposto sobre Grandes Fortunas e Lei de Mídia, visando estabelecer diálogo sobre temas que são omitidos pela grande mídia nacional;

4ª - PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS EXTERNOS: incentivo à participação em Conselhos Externos com apoio logístico da UNIPAMPA, como forma de estímulo ao diálogo com a Comunidade.

XII - POLÍTICA DE ARTE E CULTURA

O verdadeiro espírito acadêmico ou mesmo a constituição do nosso processo identitário passam pela valorização de políticas de arte e cultura dentro da UNIPAMPA. Entendemos serem fundamentais políticas que enalteçam este setor, tão importante ao *ethos* público e que se encontra abandonado.

Propostas

1ª - CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE CULTURA: envolver todos os cursos de graduação e pós-graduação ligados à arte garantindo um programa de apoio aos grupos artísticos existentes, especialmente proporcionando espaços de destaque para a exibição dos seus trabalhos e ampliando sua divulgação na comunidade acadêmica e na sociedade;

2ª - POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA: estabelecimento de um acervo de memória e patrimônio para contarmos a história da UNIPAMPA em alusão aos seus dez anos de existência;

3ª - ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE NOVAS GRADUAÇÕES NO CAMPO DAS ARTES: incentivo à criação de cursos de graduação como: cinema, artes cênicas e dança, com vistas a consolidar o campo das artes na UNIPAMPA;

4ª - OCUPAÇÃO CULTURAL: ocupação cultural dos dez campi, transformando-os em espaços que potencialize os artistas locais, por meio de exposições, eventos musicais e intervenções artísticas nos dez campi;

5ª - TEATRO DA UNIPAMPA: buscar parceria com o Ministério da Cultura e/ou Poder Público Municipal ou Estadual para a construção do Teatro da UNIPAMPA;

6ª - FESTIVAL INTERNACIONAL DE ARTES CÊNICAS: com a participação de países sul-americanos com ações como teatro de rua, peças encenadas em bairros mais afastados e valorização da produção local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: textos críticos e esperançosos*. Brasília: UnB; Salvador: EDUFBA, 2007.

BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KERR, Clark. *Os Usos da Universidade*. Fortaleza: UFC, 1982.

OURIQUES, Nildo. *O Colapso do Figurino Francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2014.

PINTO, Álvaro Vieira. *A Questão da Universidade*. São Paulo: Cortez, 1994.

RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo (orgs.). *Crítica à Razão Acadêmica*. Florianópolis: Insular, 2011.

_____; ALVIM, Valdir; RODRIGUES, Gilmar. *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Universidade e a Vida Atual: Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Delinquência Acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. São Paulo: Rumo, 1979.



unipampodemais@gmail.com



/unipampodemais



#unipampodemais